



RESENHA

SOLANS, Francisco Javier Ramón. *Más allá de los Andes: los orígenes ultramontanos de una iglesia latinoamericana (1851-1910)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2020. ISBN: 9788413191102. 303 p.

Jair Santos*

A chegada inusitada de um prelado argentino à cátedra de Pedro em março de 2013 despertou instantaneamente um renovado interesse pelos rumos do catolicismo no continente latino-americano. Interessam-se particularmente os observadores pela vitalidade que ainda possui a religião católica em vários países da América Latina, de algum modo imunes ao secularismo predominante na Europa. A inversão dos fluxos missionários — não mais da Europa para a América mas vice-versa — é um exemplo dessa curiosa redefinição de papéis impulsionada pelas mudanças socioculturais que tomaram forma ao longo das últimas décadas. No entanto, o interesse da Igreja Romana pela dimensão religiosa das populações americanas recua no tempo: desde os descobrimentos, essa porção do planeta nunca fugiu ao olhar atento do papado. É justamente no âmbito das relações entre a Santa Sé e a América Latina que se insere o mais recente livro de Francisco Solans, historiador e professor na Universidade de Zaragoza. A obra *Más allá de los Andes* é um estudo notável dos vínculos religiosos que unem os dois continentes, com ênfase num momento histórico particularmente difícil para ambas as partes: a segunda metade do século XIX. O contexto é bastante conhecido: em Roma, o ocaso do Estado Pontifício e a guerra obstinada de Pio IX contra a modernidade; na América, o reenquadramento institucional das novas repúblicas. À luz desses acontecimentos, o autor se propõe a estudar a formação de redes transnacionais entre católicos europeus e latino-americanos no intuito de ressaltar duas consequências: de um lado, a relevância desse intercâmbio de ideias na constituição de uma “identidade latino-americana” assentada na fé católica; de outro, o interesse de Roma por um “modelo americano” de diálogo entre catolicismo e modernidade. Para tanto, o historiador parte da hipótese de que o estreitamento dos laços entre o “centro” e a “periferia” do catolicismo foi possibilitado pela difusão do ultramontanismo, responsável por reforçar o caráter romano da Igreja em detrimento da herança ibérica regalista até então em voga na América Latina.

Dentre as controvérsias teológicas que agitaram o debate religioso europeu a partir do século XVI, encontra-se, em primeira linha, o ultramontanismo. O conceito exprime

* Doutorando em história (SNS - Itália). ORCID: 0000-0002-8404-5841 - contato: santos.jair@icloud.com

a defesa, por parte de um grupo de católicos franceses, da jurisdição daquele que estava “além dos montes”, isto é, o romano pontífice, em contraposição ao galicanismo que desejava uma igreja submetida ao controle dos próprios franceses. A discussão perdurou no tempo e foi oportunamente retomada com contornos mais amplos no século XIX, no contexto do catolicismo político e das disputas, decorrentes da Restauração, entre liberais e monarquistas. Contudo, o cerne da polêmica permanecia o mesmo: a distinção entre jurisdição civil e jurisdição eclesiástica, bem como a legitimidade da interferência da Santa Sé nas igrejas locais, cada vez mais imbuídas de nacionalismo graças às doutrinas regalistas. As tribulações enfrentadas por Pio IX no decorrer do seu longo pontificado ajudaram a dificultar o quadro, pois o sucesso do *Risorgimento* decretou a sentença de morte do Estado Pontifício. Com isso, o ultramontanismo assumiu o papel de defesa do papado e da soberania pontifícia face à ameaça representada pelo avanço do poder temporal. Buscava-se reforçar os vínculos entre os católicos e o papa, visto como uma vítima inocente e indefesa dos eventos da Questão Romana. Para tanto, era preciso mobilizar toda a orbe católica para que os fiéis se unissem ao seu chefe supremo e o reconhecessem como a fonte de toda a autoridade eclesiástica. Esse é o contexto que serve de ponto de partida à obra de Francisco Solans, que busca, em seguida, identificar como o ultramontanismo, compreendido como uma adesão absoluta à Santa Sé, introduziu-se na América Latina e moldou o catolicismo naquela região.

O livro, dividido em onze capítulos, articula-se em torno de quatro questões fundamentais: (I) a circulação de católicos, tanto leigos quanto religiosos, entre a Europa e a América, com particular atenção ao relevante papel desempenhado pelo sacerdote chileno José Ignacio Víctor Eyzaguirre; (II) a crescente romanização do clero do Novo Mundo através da fundação do Colégio Pio Latino-Americano, em Roma no ano de 1858; (III) a formação de uma identidade latino-americana, não obstante as inúmeras diferenças locais, fundamentada no catolicismo; (IV) a adaptação da igreja da América Latina às novas conjunturas políticas decorrentes dos movimentos de independência, marcada pela rejeição do regalismo por parte da hierarquia eclesiástica. O autor se apoia na hipótese de que o período entre 1851 e 1910 constitui, para a igreja latino-americana, um momento de “giro ultramontano” impulsionado por três fatores: as representações diplomáticas, as novas gerações clericais e os atores transnacionais. Por isso, o livro se apresenta como uma história religiosa que dialoga com as dimensões tanto política quanto cultural dos países latino-americanos. O historiador também assume claramente o objetivo de aproximar a história da Igreja dos debates acerca da história transnacional ao enfatizar os movimentos de circulação de pessoas e ideias com repercussão direta no campo religioso. As fontes primárias utilizadas são relativamente diversificadas: as informações apresentadas embasam-se, sobretudo, na correspondência privada dos “atores transnacionais” individualizados ao longo do livro, nos jornais católicos da época e nos livros escritos por personalidades importantes da intelectualidade católica latino-americana. Embora o livro ambicione tratar do espaço latino-americano em geral, o autor demonstra maior atenção e familiaridade no confronto dos casos uruguaio, argentino e, principalmente, chileno.

Com esse conteúdo, a obra oferece uma importante contribuição aos estudos da história das relações entre Roma e América Latina. Sua originalidade está na conjugação

de elementos políticos e culturais e no esforço de demonstrar que a cultura católica do século XIX não era imóvel: ela transitava de um país a outro — e mesmo de um continente a outro, de modo a renovar as relações entre o “centro” e a “periferia” do catolicismo. Também é pertinente a demonstração de que os católicos latino-americanos não permaneceram indiferentes à Questão Romana: ao contrário, as várias manifestações de afeto ao pontífice vindas dos católicos do vasto continente corroboram o sucesso da “romanização” e do fortalecimento dos elos com a Santa Sé. Essa é a razão pela qual a hierarquia eclesiástica, com algumas exceções, não hesitou em aceitar a secularização das repúblicas hispânicas. Livre das antigas amarras herdadas do padroado ibérico, a igreja latino-americana podia finalmente atuar sem a interferência indesejada do poder civil e em plena submissão à autoridade romana, doravante a única fonte legítima de jurisdição eclesiástica. Do ponto de vista cultural, a trajetória de José Eyzaguirre, figura proeminente do catolicismo chileno, é um exemplo concreto da construção de uma rede continental de colaboração entre os católicos, cujo maior fruto foi a criação de um seminário, em Roma, para os latino-americanos. Ali os jovens aspirantes ao sacerdócio puderam receber uma formação intelectual sólida e indispensável para nutrir, e inspirar no seu futuro rebanho, a devoção à pessoa do papa e à sua autoridade suprema. Além disso, padre Eyzaguirre teve contato direto com os círculos católicos parisienses numa época em que os debates eram animados por figuras como Frédéric Ozanan, Charles de Montalembert, Henri Lacordaire e Donoso Cortés. O indício de que o intercâmbio de ideias foi bem-sucedido é a grande circulação, tanto na Europa quanto América, de um livro do sacerdote chileno perfeitamente alinhado ao ultramontanismo: *El catolicismo en presencia de sus disidentes* (1850).

Por outro lado, a utilização da categoria de “igreja latino-americana” merece reflexão. A escolha justifica-se por uma das teses que o autor pretende demonstrar: a de que a ideia de “América Latina” deve algo de sua unidade ao catolicismo compartilhado por todos os países americanos de colonização ibérica. Para o historiador espanhol, essa unidade cultural de cunho religioso se constrói a partir do fortalecimento dos laços entre os bispos latino-americanos no século XIX em torno de questões comuns, como o combate ao padroado, a defesa dos direitos da Santa Sé, a solidariedade para com Pio IX, a fundação de um seminário em Roma e a criação de uma assembleia episcopal americana. Todos esses projetos assumem esta premissa: a existência de uma entidade supranacional que compartilha origens, costumes, interesses a ponto de poder coligar tantos países diferentes. No entanto, uma dificuldade logo se impõe ao argumento: qual é o lugar do Brasil nesse projeto comunitário latino-americano? Além da óbvia diferença linguística, outras especificidades da história brasileira no século XIX merecem ser levadas em conta: longo regime monárquico, relativa estabilidade política, unidade territorial precocemente consolidada, relação direta com a Santa Sé (graças à presença, no Rio de Janeiro, de um núncio apostólico desde 1829), vasta extensão territorial das dioceses, déficit populacional nas zonas sertanejas e escassez do clero. As três últimas características interferem particularmente nesse tema, pois elas traduzem um dos principais desafios da hierarquia católica no Brasil imperial: a dificuldade de estabelecer uma coesão religiosa dentro do território brasileiro, em razão da complicada comunicação entre os bispos e o clero, assim como entre o episcopado e o núncio. Também é preciso

recordar que o padroado no Brasil esteve em vigor até a queda do império (1889), com sucessivos episódios de confusão entre assuntos políticos e religiosos. A reorganização das dioceses brasileiras e a revisão da formação nos seminários, medidas que poderiam fortalecer a romanização do clero e promover uma aproximação com os vizinhos do continente, só ocorreram a partir do século XX. Ainda que o autor não seja indiferente à especificidade do Brasil, a obra dedica pouca atenção à bibliografia relacionada à história religiosa brasileira na época contemporânea (por exemplo: ACCIOLY, 1950; FREYRE, 2004; LIMA, 1977; MICELI, 2009; MILLER, 1978; SANTIRROCHI, 2015; VIEIRA, 2007).

Conquanto a ideia de igreja latino-americana seja mais um ideal do que um dado objetivo, em razão das diferenças históricas entre os países da América Latina, as teses principais do livro permanecem válidas e úteis para o desenvolvimento de posteriores investigações. De fato, os intercâmbios entre católicos de diferentes nações e o interesse da Santa Sé pela situação política latino-americana são dois elementos imprescindíveis no aprofundamento do estudo das relações entre a Igreja e a sociedade, bem como na reflexão sobre a construção de uma cultura católica aberta ao diálogo com a modernidade política, em contraposição ao catolicismo intransigente do século XIX. Para isso, outras fontes primárias, que não aparecem no livro de Solans, poderiam abrir novas pistas de investigação, nomeadamente a documentação dos diferentes órgãos da Cúria Romana conservada no Arquivo Apostólico Vaticano e no Arquivo da Secretaria de Estado. A reciprocidade e o dinamismo das relações entre a Santa Sé e as igrejas locais permitem-nos lançar à história religiosa um olhar pormenorizado a partir da relação entre o catolicismo e o universo político-cultural. Como demonstra Solans, assim como nos últimos anos a América Latina despertou um renovado interesse pelo vigor persistente da sua religiosidade, também no século XIX a Santa Sé viu nessa região do mundo um verdadeiro laboratório de diálogo com a modernidade política.

Referências

ACCIOLY, Hildebrando. *Os Primeiros Núncios no Brasil*, São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1950.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*, São Paulo: Global, 2004.

LIMA, Maurílio César. *Lourenço Caleppi, primeiro núncio no Brasil (1808-1816)*, Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1977.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*, São Paulo: Cia das Letras, 2008.

MILLER, Samuel. *Portugal and Rome c. 1748–1830: An Aspect of the Catholic Enlightenment*, Roma: Pontificia Universidade Gregoriana, 1978.

SANTIRROCHI, Ítalo D. *Questão de consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo no Segundo Reinado (1840-1889)*, Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

VIEIRA, Dilermando Ramos. O Processo de Reforma e Reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926), Aparecida: Editora Santuário, 2007.

Recebido: 9 de junho de 2020.

Aprovado: 12 de junho de 2020.